



---

## HISTÓRIA E TEORIA SOCIAL EM JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

*History and Social Theory in José Honório Rodrigues*

Alessandro Cavassin Alves<sup>1</sup>

**RESUMO:** José Honório Rodrigues foi historiador e autor de vasta obra, principalmente para se entender o Brasil, no sentido de se ter no conhecimento do passado um instrumento para se encontrar explicações e soluções para os problemas atuais. E o presente texto busca apresentar um conceito importante da teoria social honoriana, que é a “conciliação” e as consequências deste comportamento advindo dos grupos oligárquicos brasileiros, mas, igualmente, da importância do povo brasileiro no processo de construção desse país, numa dialética de enfrentamento das injustiças sociais históricas. Para tanto, faz-se uma análise de duas de suas obras: *Aspirações Nacionais*, de 1963 e republicada em 1970, e *Conciliação e Reforma no Brasil*, de 1965.

**PALAVRAS-CHAVE:** José Honório Rodrigues; História do Brasil; Teoria Social; Oligarquia; Conciliação.

**ABSTRACT:** José Honório Rodrigues was a historian and author of vast works, mainly to understand Brazil, in the sense of having in the knowledge of the past an instrument to find explanations and solutions for current problems. And this text seeks to present an important concept of honorian social theory, which is the “conciliation” and the consequences of this behavior arising from Brazilian oligarchic groups, but, equally, the importance of the Brazilian people in the process of building this country, in a dialectic of confronting historical social injustices. For this purpose, an analysis is made of two of his works: *Aspirações Nacionais*, from 1963 and republished in 1970, and *Conciliação e Reforma no Brasil*, from 1965.

**KEYWORDS:** José Honório Rodrigues; History of Brazil; Social Theory; Oligarchy; Conciliation.

---

<sup>1</sup> Doutor em sociologia pela Universidade Federal do Paraná e professor na Faculdade São Basílio Magno (FASBAM) e na Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR). E-mail: alessandrocavassin@gmail.com

## 1. A vida e obra de José Honório Rodrigues<sup>2</sup>

José Honório Rodrigues foi um historiador brasileiro; nasceu no Rio de Janeiro-RJ, em 20 de setembro de 1913 e faleceu na mesma cidade, em 6 de abril de 1987. Sua formação inicial se deu em Direito, concluindo em 1937, mas logo passou a se dedicar à pesquisa da história e historiografia brasileira. Fez carreira administrativa na Biblioteca Nacional do Brasil, no Arquivo Nacional e no Instituto Rio Branco e, foi pesquisador e professor em diversas instituições, como na Escola Superior de Guerra (fundada em 1949) no Rio de Janeiro, que iniciou em 1955, chegando a conferencista até 1964, professor no Instituto Rio Branco, na PUC-RJ, professor visitante em inúmeras universidades norte-americanas, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de Institutos históricos estaduais, da Sociedade Capistrano de Abreu, da Academia Portuguesa de História, da *American Historical Association* (EUA), da *Royal Academy of History* (Inglaterra) e da Sociedade Histórica de Utrech (Holanda) e eleito para a Academia Brasileira de Letras, em 04 de setembro de 1969. As obras e edições de José Honório Rodrigues, apresentadas por Ronaldo Conde Aguiar, são as seguintes:

*Teoria da história do Brasil* (5.ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978, 2 vol.); *As fontes da história do Brasil na Europa* (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1950); *A pesquisa histórica no Brasil: sua evolução e problemas atuais* (4.ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1982, 283p.); *Historiografia del Brasil: siglo XVI* (México, Instituto Panamericano de Geografía e História, 1957); *Brasil e África: outro horizonte* (2.ed. revista e ampliada, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964, 2 vol.); *Aspirações nacionais: interpretação histórico-política* (3.ed. revista e atualizada, São Paulo, Fulgor, 1965, 179p. [Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1970]); *Historiografia del Brasil: siglo XVII* (México, Instituto Panamericano de Geografía e História, 1963); *Conciliação e reforma no Brasil: interpretação histórico-política* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, 243p.); *História e historiadores do Brasil* (São Paulo, Fulgor, 1965, 183p.); *Interesse nacional e política externa* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966); *História e historiografia* (Petrópolis, Vozes, 1970); *O parlamento e a evolução nacional – introdução histórica: 1826-1840* (Brasília, Senado Federal, 1972); *A Assembleia Constituinte de 1823* (Petrópolis, Vozes, 1974, 325p.); *Independência: revolução e contra-revolução* (Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, 5 vol.); *História da história do Brasil: a historiografia colonial* (São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979, 3 vol.); *Civilização holandesa no Brasil*, em colaboração com Joaquim Ribeiro (São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940, 404p.); *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil* (Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1949, 489p.); *Notícia de vária história* (Rio de Janeiro, São José, 1951); *Brasil: período colonial* (México, Instituto Panamericano de Geografía e História, 1953); *O continente do Rio Grande* (Rio de Janeiro, São José, 1954, 81p.); *A situação do Arquivo Nacional* (Rio de Janeiro, Ministério da Justiça, 1959, 73p.); *Vida e história* (1966. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 278p.); *História: corpo do tempo* (São Paulo, Perspectiva, 1976, 282p.); *O Conselho de Estado: quinto poder?* (Brasília, Senado Federal, 1978, 417p.); *Filosofia e história* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982); *História combatente* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982, 407p.); *Tempo e sociedade* (Petrópolis, Vozes, 1986, 221p.); *O parlamento e a consolidação do Império: 1840-1861* (Brasília, Câmara dos

---

<sup>2</sup> O presente artigo foi apresentado, com algumas modificações, no 19º Congresso Brasileiro de Sociologia, em Florianópolis, SC, 2019.

Deputados, 1982, 213p.); *Ensaio livres* (São Paulo, Imaginário, 1991, 303p.). Escreveu ainda inúmeros opúsculos, prefácios e notas introdutórias<sup>3</sup>.

Portanto, José Honório Rodrigues é autor de vasta e significativa obra, principalmente para se entender o Brasil, sob a perspectiva histórica. E, da mesma forma, as reflexões sobre as suas produções, bem como a influência que seu pensamento teve sobre outros intelectuais são muito extensas e ricas, sendo que algumas constam nas referências bibliográficas deste trabalho<sup>4</sup>.

## 2. Aspirações Nacionais

O presente texto limita-se a destacar os importantes livros, *Conciliação e Reforma no Brasil*, publicado em 1965, pela Editora Civilização Brasileira S.A., com prefácio do autor de setembro de 1964, livro que foi resultado de uma conferência, de artigos de jornal e de um texto de combate, como explica o autor; e *Aspirações Nacionais*, com primeira edição em 1963, mas com prefácio do autor para a 4ª edição, de 1970, já pela Editora Civilização Brasileira S.A. (ampliado), que constam dois ensaios escritos como conferências pronunciadas na Escola Superior de Guerra entre 1957 e 1964. Das duas obras, que de acordo com o próprio autor devem ser lidas em conjunto, destacar-se-á o conceito de “conciliação”, fundamental para se compreender o Brasil, e demais ideias derivadas dela, enquanto teoria social brasileira e análise da realidade social e política do país. E como salientou o autor:

Espero que este livro [*Conciliação e Reforma no Brasil*] represente uma tentativa de compreensão do quadro presente brasileiro, com os instrumentos históricos, e signifique mais uma pedra para a construção de uma ponte, não a de ouro, que Nabuco de Araújo planejou para permitir apenas a comunicação das elites brasileiras, mas de aço pela qual atravessem todos os brasileiros a fim de se associarem na obra da modernização do Brasil<sup>5</sup>.

O ano de 1965 era o início do regime civil militar no Brasil, após uma intensa experiência democrática, entre 1945 a 1964. Compreender esse quadro social e político

---

<sup>3</sup> Cf. AGUIAR, Ronaldo Conde. José Honório Rodrigues. In: *Pequena bibliografia crítica do pensamento social brasileiro*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2000, p. 293-294 (grifos e acréscimos nosso).

<sup>4</sup> Para a biografia pessoal e intelectual de José Honório Rodrigues: Cf. ALVES JÚNIOR, Paulo. *Um intelectual na trincheira: José Honório Rodrigues, intérprete do Brasil*. Tese em Sociologia. Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara, SP, 2010; Cf. AZZI, Riolando. A interpretação da História do Brasil segundo José Honório Rodrigues. In: *Síntese. Revista de Filosofia*. FAJE (Faculdade Jesuítica de Filosofia e Teologia), Belo Horizonte, MG, v.5, n.14, 1978, p. 111-151.

<sup>5</sup> Cf. RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil. Um desafio histórico-cultural*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1965, p. 10.

de mudança de regime, com instrumentos históricos, era o objetivo do autor, e com o intento de possibilitar a todos os brasileiros, por meio de sua interpretação, uma “ponte de aço” capaz de levar o país à modernização e não ao caos e o desrespeito aos direitos humanos.

Portanto, José Honório Rodrigues escreve e publica *Aspirações Nacionais* (revisado) e *Conciliação e Reforma no Brasil*, antes e pós-golpe civil militar de 31 de março de 1964, momento tenso da história brasileira, e, por isso, tinha por objetivo traçar reflexões para se buscar interpretar o Brasil social e político, em especial da sua contemporânea década de 1960, uma “época agônica” para o autor, e já tendo publicado importantes pesquisas e reflexões sobre a teoria e metodologia histórica e história brasileira. Mas, mesmo não se referindo diretamente ao acontecimento político de 1964 (mas que irá realizar em suas obras posteriores), a compreensão do golpe se adequa ao conceito de “conciliação” que o autor trabalha ao longo de seus dois livros.

O que José Honório, então, entende por “conciliação”? E por que, “conciliação”, é um conceito fundamental para se entender o Brasil? Em *Aspirações Nacionais*, o autor diz que a conciliação é uma arte usada pelo “comando político oligárquico” brasileiro<sup>6</sup>, que gera um “espírito de conciliação [entre os mesmos] que acomoda e evita extremos” numa espécie de “rejeição às medidas ou soluções extremas ou violentas”<sup>7</sup> entre eles, quando se trata de conduzir política e economicamente esta nação. Tal arte da conciliação nasceu “dos contatos e da necessidade de controlar imensas massas negras, analfabetas e insatisfeitas”, índios e mestiços, neste país que se formava e, depois, controlar imigrantes e os trabalhadores urbanos no século XX.

E isto leva as oligarquias a uma “política da conciliação”, “que acomoda as diferenças entre os dominantes e ajusta as concessões aos dominados”<sup>8</sup>. No século XIX, foram expressões ou “símbolos deste espírito” os políticos Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná (em especial, seu famoso Gabinete da Conciliação pós 1853) e Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, agindo sempre em favor da conciliação entre as minorias dominantes para a qual as “ofensas” devem ser sempre “olvidadas”. O mal disso, comenta José Honório, é uma vitória personalista da própria minoria dominante em detrimento do progresso nacional<sup>9</sup> e, principalmente, em detrimento do povo que é

---

<sup>6</sup> Cf. RODRIGUES, José Honório. *Aspirações Nacionais. Interpretação Histórico-Política*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1970, p. 14.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 64.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 131.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 63.

“sangrado e padecido”<sup>10</sup>, restando-lhe, por vezes, um comportamento desesperado, cruento, por isso, abafado pelas forças militares, para a qual o espírito de conciliação não se aplica. Eis a história cruenta deste país, e que a conciliação quer, igualmente, apaga-la de seus registros. Enfim, “a moderação atendia às aspirações da oligarquia e buscava a conformação dos oprimidos”<sup>11</sup>, deixa claro o autor. Outro exemplo, no século XIX, foi a do próprio “Poder Moderador” exercido por D. Pedro II, que era sempre conciliador, frente aos excessos dos Liberais ou dos Conservadores, assim como as Forças Armadas o são, no século XX<sup>12</sup>. Era, assim, a “conciliação pelo alto”.

Mas, por que a oligarquia brasileira segue o princípio da conciliação? Primeiro, por ela não ser homogênea. José Honório discute, então, sobre a oligarquia mineira, baiana, fluminense, paulista e setores econômicos que representam. Mas o que as une, é a certeza em evitar qualquer tipo de mudança radical em favor de uma igualdade social maior e de conquista de direitos para a crescente população brasileira. Eis a constante “contra revolução” no Brasil. Deve-se sempre manter o *status quo* e os privilégios dos mesmos em detrimento de como o povo está a viver. Eis, também, o absurdo histórico, para José Honório. E, para isto, é necessário que a oligarquia aja sempre de forma a conciliar os ânimos, por vezes exaltados, dessa mesma minoria dirigente, que, às vezes, divergem por motivos específicos, frente as ações e o controle do Estado. A oligarquia brasileira, portanto, é conservadora, detentora de privilégios, age pelo retardamento de qualquer mudança, e não quer, de forma alguma, perder suas posses e status, contando sempre com o controle do Estado para manter tal estrutura social.

José Honório destaca que, também o povo acaba preferindo não enfrentar diretamente as injustiças a que estão submetidos, preferindo o chamado “espírito de concórdia”. O povo é “mais incruento que cruento, apesar de tudo, mas é sangrado e padecido”. Quando se revolta, é algo sem um caráter classista, mas sim, de desespero. Comenta o autor:

A conciliação, mais do que a revolução, domina nossa história, em parte porque o povo, com seu espírito de concórdia, prefere obter menos a recorrer à violência, em parte porque os grupos oligárquicos dominantes preferem ceder pouco a arriscar muito e, finalmente, porque as forças armadas, democráticas, liberais e progressistas, representam um poder de equilíbrio, que antes modera as minorias do que subjuga as maiorias. Além disso, em geral, os inconformismos brasileiros, as próprias revoluções são expressões confusas de reivindicações populares e de personalismos<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 68.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 131.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 136.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 62-63.

De certa forma, José Honório não vê como característica totalmente negativa o “espírito de conciliação que acomoda e evita extremos”<sup>14</sup>. É negativo, sim, a ambivalência que este espírito gera, em suas consequências, para o povo, do eterno atraso e de falta de conquistas de direitos, e para as lideranças, a morosidade e o espírito antirreformista, a letargia, o retardamento. “A liderança prefere conspirar a reformar e dirige a nação por meios não contemporâneos” e o conseqüente “divórcio entre Poder e a Sociedade”, pela “não integração do povo” nos interesses da nação, afinal, o “povo não participa e é afastado totalmente”, pois, “tutela-se o povo, e decreta-se sua minoridade”<sup>15</sup>.

A conciliação, sempre procurada e encontrada, inspira-se na conjuntura, é emocional, acredita que a esfera do possível é menor que a do real e traz vantagens únicas para as oligarquias e minorias, fraudando o povo, esgotando a paciência de esperar e anulando a fé na solução próxima<sup>16</sup>.

Porém, o autor acreditava que este espírito “está se esgotando no atual processo histórico”. Afinal, isto não poderia continuar, com uma minoria oligárquica, de caráter familiar, a ludibriar e fazer padecer o povo, pois o “próprio processo histórico” iria ao encontro das “aspirações nacionais” de uma população que merecia melhorar sua condição de vida, vivendo num país rico como o Brasil.

Só com a real soberania popular o Governo se nacionalizará e os interesses nacionais serão prioritários, para benefício do povo e não de poderosos grupos econômicos. A libertação do Governo das minorias alienadas e de seus agregados, os caiados, que já em 1817 se colocavam ao lado da antiindependência, apenas se inicia. Os males da nossa história advêm da oligarquia, das minorias dominadoras que querem evitar a opção pelo progresso, a libertação do povo e da nação de todas as servidões. Ela quer impedir o fim de seus privilégios e o começo imediato da História como futuro. As minorias dominadoras são alienadas, detestam nossa realidade e vivem no mundo europeu, ou euro-americano, sob padrões alienígenas<sup>17</sup>.

Portanto, em *Aspirações Nacionais*, em sua *interpretação histórico política*, de 1970, José Honório demonstra uma oligarquia política e econômica em seu conservantismo, que “tem sua origem nos grupos familiares que, desde a Colônia, dominam as terras, e desde a Independência, comandam a política”<sup>18</sup> e um povo “sangrado e padecido” que aspira por justiça, sem a característica de uma possível unidade de classe, no sentido marxista. Eis as “teses e a antíteses da história do Brasil” que ele discutirá no livro *Conciliação e Reforma*.

---

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 64.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 68.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 138.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 192.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 129.

### 3. Conciliação e Reforma

O próprio José Honório propõe, então, a leitura do seu outro livro *Conciliação e Reforma*, em especial os capítulos “A política da conciliação: história cruenta e incruenta” e “teses e antíteses”, para se entender melhor o conceito de “conciliação”. Assim, na *Introdução* do livro *Conciliação e Reforma*, José Honório começa destacando o significado da “política da conciliação” que impera no Brasil.

“A Política de Conciliação”, pois mostra que o espírito anti-reformista dominou nossa história e a conciliação formal, partidária, visava a romper o círculo de ferro do Poder, para que as facções divergentes, os dissidentes, pudessem dele fazer parte. Quando o acordo, feito sempre sem nenhum benefício nacional e popular, demorava muito, os dissidentes indignavam-se e conspiravam. Foi esse o papel dos liberais na história brasileira. Derrotados nas urnas e afastados do Poder, eles foram se tornando, além de indignados, intolerantes e construíram uma concepção conspiratória da História, que considerava indispensável a intervenção do ódio, da intriga, da impiedade, do ressentimento, da intolerância, da intransigência, da indignação para o sucesso inesperado do imprevisto, tal como sucedeu em várias partes, de suas forças minoritárias<sup>19</sup>.

A “política da conciliação”, portanto, é uma estratégia para incorporar facções divergentes ou dissidentes que visam romper o “círculo de ferro do Poder”; um poder restrito apenas aos grupos oligárquicos, em detrimento do povo em si, sempre afastado desse poder; e tem como característica, independente de quem esteja no governo, um “espírito anti-reformista”, no sentido de que tudo deve continuar como está; enfim, uma prática ou um conceito que se adequa muito bem quando se observa os inúmeros acontecimentos políticos e sociais ao longo de toda a história brasileira. Interessante destacar a observação de José Honório, de que mesmo quando determinados grupos oligárquicos são “derrotados nas urnas e afastados do Poder”, inconformados, passam para a estratégia da conspiração, pregando o ódio e a intriga, culpando o povo de imaturidade, utilizando de uma “classe média conservadora” para retornarem ao poder, até que a mesma política, daí, sempre em detrimento do Brasil, isto é, contra o “benefício nacional e popular”, os incorporem novamente ao “círculo de ferro”.

Na Parte I, Capítulo I, *A política da conciliação: história cruenta e incruenta*, José Honório, então, busca historicamente as origens da conciliação. Para o autor, “dos primeiros contatos luso-indígenas”, em que os indígenas tinham de se “submeter” ao poderio português e a toda sua desafeição, caso contrário, eram colocados “à boca de bombardas” aqueles que matavam cristãos e, da mesma forma, com a “vinda dos escravos negros em massas sucessivas”, se consolidou o quadro de imposição da cultura dominante

---

<sup>19</sup> Cf. RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil. Um desafio histórico-cultural*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1965, p. 11.

européia e seus métodos. Porém, sempre relembra José Honório, esta não foi uma submissão pura e simples, pois o povo, apesar disto, da “tolerância cotidiana” e na “mestiçagem desenfreada”, “promovia a unidade essencial do povo brasileiro”, sobrevivendo e criando o novo<sup>20</sup>, formando as “teses e antíteses da História do Brasil”. Assim, a submissão foi a opção dada ao povo, inicialmente aos indígenas e escravizados, na época colonial e imperial, depois aos novos imigrantes, operários, trabalhadores e sertanejos na República. Enfim, uma forma dialética de se entender um Brasil que se forma, da conciliação entre lideranças (enquanto oligarquias), para se manter uma estrutura social e política de dominação, de caráter colonial, e tendo que forçar a constante obediência às maiorias, muitas vezes com métodos cruentos.

José Honório comenta que deste início de história brasileira formou-se “três tipos de Povoadores”, tendo como referência o que “ensinou Capistrano de Abreu”<sup>21</sup>. O primeiro foi aquele que não reagia ao meio e tomava todos os hábitos dos brasis (este não poderia continuar a existir enquanto dominador); o segundo foi o tipo João Ramalho, bacharel de Cananéia, voluntarioso e indomável, eis o intransigente; o terceiro foi o tipo Diogo Álvares, o Caramuru, o conciliador e transigente, luso-baiano, que sobreviverá, e deste tipo “resultam consequências permanentes na psicologia do povo e da liderança brasileira”<sup>22</sup>. Enfim, “tipos ideais”, mas fundamentais para se compreender as oligarquias brasileiras. A minoria dominante colonial, tendo como referência o português europeu, escolheu sempre ser um dos dois tipos, o indomável ou o conciliador, de acordo com a conjuntura. E a tendência do tipo conciliador predominou ao longo da história brasileira, mas, significando a formação de um Brasil que nasce da síntese entre o que uma minoria deseja e possui e de outra, uma maioria que trabalha e se vira para sobreviver. Parece contraditório, mas o tipo conciliador predominou para impor um *modus operandi* herdado desde o tempo colonial. Caso não funcione, o tipo indomável entra em cena, trazendo à tona a história cruenta. Apesar desta lógica, o autor reflete sobre este Brasil que nascia e eis a sua dialética.

Assim como houve dois tipos dominantes na composição da liderança, houve também duas culturas na sociedade brasileira. A maioria, embora obrigada a sujeitar-se a uma cultura formal e processual, legal e política, de caráter ocidental europeu, imposta pela minoria, fabricava, substancialmente, da contradição entre a tese portuguesa e a antítese da natureza, dos índios, negros e mestiços, uma síntese nova e original. Pois não são só os vencedores que determinam o conteúdo do processo histórico, e

---

<sup>20</sup> *Ibidem*, p.30.

<sup>21</sup> In: *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI; Informações do Brasil e suas Capitâneas*.

<sup>22</sup> Cf. RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil. Um desafio histórico-cultural*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1965, p. 24-25.

apesar do europeísmo e lusitanismo vitorioso e dominante na aparência das formas sociais, o substrato era novo, era o Brasil que nascia<sup>23</sup>.

Após apresentar uma interpretação da gênese brasileira, José Honório passa a explicar o que chama de “conformismo e inconformismo popular colonial”. Neste sentido, o aparente “espírito de submissão” que prevalece por parte do povo, por vezes se torna tão insustentável frente aos abusos da minoria dominante, que levam a comportamentos inconformistas, ou seja, a momentos de história cruenta. E a história brasileira está repleta de conflitos sangrentos, como bem demonstra José Honório ao longo de suas obras. Explosões de sangue que “mostram o inconformismo do povo, o radicalismo da liderança popular e a violência e cruzeza da repressão pela minoria dominante”. E a solução foi sempre o “espírito de conciliação” e a conseqüente “política da conciliação”, dos “Diogos Álvares”, para reestabelecer a ordem das hierarquias sociais, da grande propriedade, da exploração humana, das oligarquias, acomodando as facções no poder e domando novamente o povo.

Mas, em conclusão, pode-se dizer que foi a massa indígena e negra, mestiça e cabocla, a que mais lutou e a que mais sofreu a repressão violenta, pois era a que tinha maiores reivindicações sociais; ela foi ambivalente no seu comportamento, essencialmente conciliadora nas relações humanas e ora conformada, ora inconciliável nas relações políticas ou sociais; mais tarde passou a contar com a colaboração de sucessivas lideranças populares radicais que conduziram para revoltas violentas, suprimidas com cruzeza e que tornaram cruenta nossa história, pelo sacrifício pessoal de líderes e de gente do povo<sup>24</sup>.

De outro lado, José Honório analisa “a liderança oficial colonial”, sempre privilegiada e ortodoxa, no sentido de não ceder às exigências da população local, para quem lhes restava apenas o trabalho. E a “opulência e a abundância das riquezas produzidas pelo trabalho da maioria” serviam “a estas minorias dominantes e alheias, e aos estrangeiros que já então sujeitavam Portugal”. Enfim, há evidentemente uma denúncia social por parte de José Honório para com a situação social com que a população brasileira em geral foi e é submetida pelas minorias dominantes. Ao mesmo tempo, reconhece a grandeza do mesmo povo sofrido em construir esta nação. O seguinte parágrafo, portanto, resume de forma interessante a teoria social honoriana:

Assim, podemos tirar desde já três conclusões: primeiro, que os momentos históricos, de criação e trabalho, na frente interna, dependem da preponderância do elemento conciliador, dos Diogos Álvares, na composição da liderança oficial; segunda, que a maioria foi sempre sofrida, e sempre viu desfeita sua esperança de melhoria, porque as concessões foram sempre mínimas, já que a minoria desservia o país, servindo à Metrópole; terceira, que as maiores construções são fruto popular: a mestiçagem racial, que criava um tipo adaptado ao país; a mestiçagem cultural, que criava uma síntese nova, a tolerância racial, que evitou o descaminho dos caminhos; a tolerância religiosa, que impossibilitou ou dificultou

---

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 30.

as perseguições do Santo Ofício, permanentes até os meados do século XVIII; a expansão territorial, obra de mamelucos, [...]; a integração psico-social, pelo desrespeito aos preconceitos e pela criação do sentimento de solidariedade nacional; a integridade territorial, defendida das ameaças estrangeiras, na costa e no sul; a unidade da língua, ameaçada pelo bilinguismo em São Paulo e no Amazonas, onde mais se falava o tupi que o português; e, finalmente, a “opulência e riqueza do Brasil”, de que falava Antonil, a ensinar o segredo do Brasil aos brasileiros, nas vésperas das lutas pela independência, eram frutos do trabalho do povo. E o que fez a liderança colonial? Não deu ao povo sequer os benefícios da saúde e da educação, o que levou Antônio Vieira a dizer: “Não sei qual lhe faz maior mal ao Brasil, se a enfermidade, se as trevas”<sup>25</sup>.

O povo, apesar de “capado e sangrado”, foi e é o grande protagonista da história brasileira. Apesar disto, é fundamental se entender o papel das oligarquias na formação deste país, bem como, saber quem são elas e o mal que fazem para o seu desenvolvimento, principalmente quando são de caráter antinacionalista. Assim, para José Honório, é preciso nominar quem são estas lideranças das minorias dirigentes, ver suas origens, seus posicionamentos políticos e econômicos, suas famílias. Ao longo de seus textos, portanto, o autor busca ilustrar com exemplos, principalmente do século XIX, quem são os intransigentes e os conciliadores, porém, numa estratégia aparente de evitar ao máximo nominar atores políticos contemporâneos seus. Por exemplo, as figuras de José Bonifácio de Andrada e Silva, o patriarca da Independência, com seu espírito conciliador, mas em favor dos interesses nacionais e pela integração das massas; da mesma forma, Getúlio Vargas, a partir de 1930 e falecido em 1954; eram líderes de caráter nacionalista que queriam impulsionar o desenvolvimento do país e também conciliarem-se com o povo. Conciliadores e nacionalistas, mas afastados quando extrapolaram em querer fazer o Brasil um país mais justo e independente. Ao mesmo tempo, outra visível característica brasileira, a da necessidade da figura do líder, gerando o que Honório discute como “personalismo”.

Entretanto, os líderes oligárquicos acabam sempre agindo em detrimento aos interesses nacionais; líderes que atrasam o desenvolvimento do país em favor de seus interesses pessoais, familiares e, principalmente, internacional (mas, infelizmente, José Honório não nomeia quem seriam tais líderes, como o faz com as lideranças positivas brasileiras). Destaca, ao contrário, líderes intransigentes, como no período Regencial (1831-1840), o caso de Padre Diogo Antônio Feijó, e toda história cruenta deste momento histórico; ou mesmo do início da República, com o Marechal Floriano Peixoto, e mesmo, sinaliza o autoritarismo que os militares estavam tomando pós 1964. São momentos de história cruenta necessários para se eliminar qualquer possibilidade de esperança de melhores

---

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 31-32.

condições de vida para as camadas populares, e afastando líderes nacionalistas e suas reformas de base. São tipos intransigentes que aparecem na história brasileira em momentos de crise do modelo colonial exploratório, entretanto, não são predominantes, mas servem para estabilizar a estrutura social injusta brasileira, até a volta do tipo conciliador.

O líder mais característico, portanto, é o conciliador, como foi D. Pedro II e o famoso Gabinete do Visconde de Paraná, da qual era ministro da pasta da Guerra, Caxias, que propuseram literalmente a “política da conciliação” (1853-1856) entre “conservadores e liberais”, para salvaguardar, principalmente, “o poder econômico latifundiário”, o *status quo* da minoria dirigente, que precisava de tranquilidade e de ordem para seus negócios, e impedindo que facções divergentes acabassem se aliando ao povo (verdadeiro inimigo), trazendo, assim, algo “pior” para o Brasil, que é mobilizar de forma consciente a sua população. Portanto, uma conciliação pelo entendimento dos partidos políticos e não se toca na terra e nem na escravidão. Dez anos depois, 1862, aconteceu nova conciliação, agora entre “liberais e conservadores”, na chamada Liga ou Partido Progressista. E, assim, o Brasil novecentista evitava qualquer possibilidade de adentrar no progresso mundial, de “revolução”, como fizeram os Estados Unidos e o Japão.

A conciliação seria o “olvido de todas as desavenças e pesares”, uma trégua, uma política neutra, isenta de paixão, que restabelecesse a normalidade do regime constitucional pelo concurso de todos os que compreendessem que “acima da causa dos partidos estava a causa do Brasil” [Justiniano José da Rocha]<sup>26</sup>.

Assim, José Honório, para demonstrar como o conceito de conciliação interpreta o Brasil e as conseqüentes histórias cruenta ou incruenta, analisa com detalhes a história política do século XIX, desde a vinda de D. João e a família real, em 1808, passando pelas “guerras pela independência”, os projetos para o Brasil de José Bonifácio e seu ostracismo, a história cruenta das revoltas neste período, D. Pedro I e a abdicação; depois, o destaque para a Regência, sendo o primeiro governo de brasileiros, período propício para as reformas estruturais, mas que não aconteceram porque as oligarquias eram contra. E eis a “história cruentíssima” deste período:

Os nove anos de 1831 a 1840 foram anos de muito sangue, maior ainda pela reação extremada contra movimentos de caráter popular e sertanejo, as revoltas sociais como os Cabanos, no Pará, a Balaiada, no Maranhão e Piauí, as de Alagoas (1832 e 1844) e a do Equador e a da Praia no Ceará e Pernambuco, todas alistando as camadas mais miseráveis do povo. [...] Entre 1832 e 1844 o sangue brasileiro deu testemunho das opressões das minorias dominadoras, fossem ou não liberais ou conservadoras. O rigor que encharcou de sangue o solo brasileiro não pertenceu ao Partido liberal ou conservador, mas ao Poder

---

<sup>26</sup> *Ibidem*, p.55.

das oligarquias, especialmente latifundiárias e mais ainda ao divórcio entre o Poder e a Sociedade, que sempre existiu e ainda existe, porque é um fenômeno da estrutura sócio-econômica brasileira<sup>27</sup>.

O “divórcio entre o Poder e a Sociedade, que sempre existiu e ainda existe” é um dos problemas que o Brasil posterga indefinidamente. Isto tudo devido a uma “política da conciliação”, que evitava reformas estruturais, atraía os dissidentes em defesa da ordem, em nome da grande propriedade, postergando medidas pela abolição da escravatura, não resolvendo o problema da representatividade eleitoral, apesar das inúmeras reformas, não industrializava o país, apesar de esforços individuais, enfim, José Honório dedica boa parte de seu capítulo analisando este período histórico brasileiro, bem como às lideranças do Marquês de Paraná e Duque de Caxias, o civil e o militar, conciliadores.

José Honório destaca sempre, em seus textos, a figura e as ideias do filósofo, jornalista, negro, Antônio Pedro de Figueiredo (Pernambuco, 1814-1859), em suas críticas ao Império brasileiro, para o qual, “o estado de coisas existente no Brasil era injusto, anti-harmônico, anti-social e a maioria vivia oprimida, pagando o povo a maior parte dos impostos, o imposto do dinheiro, o imposto do sangue”; Antônio Pedro, inclusive, teria divulgado os projetos de reforma agrária norte-americana de 1844 e 1845, “mas era um equívoco pensar que as oligarquias dominantes se deixariam influir por tais ideias; era preferível um país atrasado, cidadãos analfabetos e miseráveis, a tocar nos seus privilégios”<sup>28</sup>, diz José Honório.

Enfim, as conciliações políticas no Império não tinham programas, mas fins imediatos, “visavam sempre a abrandar os conflitos, realizar reformas formais, evitar as estruturais e ganhar o tempo para as elites e perde-lo para o povo e a nação”<sup>29</sup>. Perdurou-se, assim, a continuidade da estrutura desigual brasileira e os líderes políticos mais nacionalistas eram afastados quando sinalizavam medidas mais liberais para a população. Mas poderia ser diferente. José Honório, ao discutir o processo da abolição da escravidão, aponta para os conceitos de “retardamento” e “aceleração”<sup>30</sup>. Como exemplo, a abolição sofreu sempre todos os tipos de estorvos, todos os obstáculos, sinalizando o “retardamento” da nação ao perpetuar a escravidão, devido aos interesses das oligarquias. Quando a Lei Eusébio de Queiroz impediu de forma mais dura o tráfico negreiro, em 1850, muito por pressão internacional, logo o amplo capital utilizado no tráfico foi revertido para outros

---

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 47.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 61-62.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 65.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 67-71.

fins, sinalizando um momento de “aceleração” do progresso nacional, bem como, quando aconteceu a abolição em 1888, exigindo, cada vez mais, novas formas de trabalho. Portanto, “a lentidão das reformas essenciais mostra como os instantes de aceleração – a abolição do tráfico, a abolição da escravidão – são dominados por meio século de retardamento”.

Veio a República, numa nova oportunidade histórica, como foi a Regência, mas as reformas não aconteceram. Que reformas necessárias eram estas? No mínimo, pela participação maior do povo no processo político/democrático, pelo bem-estar da nação, pelo desenvolvimento industrial, na terra e no campo, na educação, na saúde. E, nada. Tudo ficava como antes. A República continuava com a dissociação entre governo e povo, entre poder e sociedade. José Honório passa em revista, então, os governos presidenciais da chamada República Velha, as diversas e sangrentas lutas populares e sua história cruenta para com o povo, imigrantes, greves, os posicionamentos de lideranças conciliadoras nacionais como Rui Barbosa, ou de caráter local, como Padre Cícero. Enfim, o ápice do descontentamento se revela na eleição presidencial de março de 1930, com facções divergentes, com a Aliança Liberal participando do pleito eleitoral e com a liderança conciliatória de Getúlio Vargas (os nomes são sempre para demonstrar os traços personalistas sempre presentes na política brasileira). “O caráter conciliatório de Getúlio Vargas, a princípio meramente formal, isto é, de transação entre facções da minoria dominadora, e depois fundamental, isto é, de transação com o povo, dá ao movimento de 1930 o caráter de começo da revolução brasileira”<sup>31</sup>, que, apesar de propostas de campanha obsoletas, traz elementos novos, como a incorporação do proletariado, reformas eleitorais mais consistentes, reformas trabalhistas, nacionalismo econômico, pelo crescimento industrial. Getúlio, assim, consegue uma “conciliação com o povo” através dessas reformas; mas, as forças retrógradas deste país começaram a buscar minar os avanços sociais getulistas. Enfim, Getúlio foi conciliável com os interesses fundamentais do povo, com exceções na educação e no campo; inconciliável com determinados grupos divergentes da própria minoria, o afastam do poder em 1945, “pela participação das Forças Armadas, que voltaram, como na fundação da República, a querer tutelar a Nação e a ver disputado pelos partidos o seu favor ou simpatia”<sup>32</sup>. José Honório termina o ponto sobre a Aliança Nacional com a crítica aos grupos oligárquicos brasileiros, inconformados com o desenvolvimento do país.

---

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 92.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 87-100.

Assim, foi a inconformação com os resultados eleitorais, a indignação diante das vitórias populares, o sentimento de vergonha, que é a cobertura da culpa pela insistência em negar-se aos projetos de interesse nacional, isto é, de interesses do Povo e da União, enfim, a política antinacional, antiprogressista, de alienação, de clientela e de espoliação – conceitos que não são de hoje, mas datam do Império – que conduziu esses grupos às conspirações e tentativas de golpe. Um golpe levou o Presidente Getúlio Vargas, no exercício de um mandato legítimo, ao ocaso de sangue, como escreveu José Américo de Almeida. Em 1955 foi preciso recorrer ao Exército para manter o voto popular<sup>33</sup>.

Portanto, as lideranças, mesmo conciliatórias, mas de caráter nacionalista, acabam sendo afastadas do processo político, pela via das “conspirações”. Eis outro conceito importante para se entender o Brasil, a “conspiração” das próprias oligarquias.

As conspirações visam a interromper o processo normal da vitória majoritária, especialmente depois das derrotas nas urnas, cujo veredito jamais aceitam, culpando o povo de imaturidade pela escolha. A concepção conspiratória é intervencionista, ativista, intromete-se no processo para deturpá-lo ou desviá-lo do curso que lhe parece adverso. E assim o processo histórico brasileiro tem sido anormalizado pela intervenção de forças minoritárias, especialmente depois do agravamento do desequilíbrio entre as aspirações populares e as instituições arcaicas<sup>34</sup>.

A concepção conspiratória se deu com o afastamento de José Bonifácio, de D. Pedro II, de Getúlio Vargas, tendo continuidade em João Goulart.

### **Considerações finais**

A teoria social honoriana perpassa pelo conceito de “conciliação”, política utilizada pelas oligarquias deste país e pelo qual se evita qualquer reforma estrutural em benefício de sua população, perpetuando, assim, as desigualdades sociais.

Foi a influência retardatária de vetustos interesses e privilégios vindos da Colônia que impôs e evitou as reformas, já em 1831 consideradas indispensáveis ao progresso do Brasil. Essas forças imperaram sempre e por isso os momentos criadores da nossa história são raros. Antes são travados, que impulsionados. A tradição foi o nome sagrado com que se combateram as inovações e mudanças propostas por racionalistas e radicais. A conciliação personalista e não prático-realista foi o instrumento de adiamento e de sufocação<sup>35</sup>.

Para manter estes privilégios coloniais e de castas, foi ou é necessário a “política da conciliação”. E esta mesma oligarquia conta com mais duas grandes forças de resistência, a jurídica e a parlamentar. Comenta José Honório: “As forças de resistência à mudança no Brasil são tradicionais e nelas se destacam a resistência jurídica e parlamentar, expressões intelectuais da estrutura econômico-social arcaica”<sup>36</sup>. Apesar disto tudo, a estabilidade institucional brasileira foi sempre um cerne. E, insiste José Honório, que o

---

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 100.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 101.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 12.

defeito não está no regime presidencialista ou parlamentarista, mas “na dissociação entre o Governo e o Povo, entre o Poder e a Sociedade”<sup>37</sup>. Perpetua-se a “inconciliação entre o Poder e a Sociedade”<sup>38</sup>. Portanto, independente do sistema político, as instituições arcaicas e conservadoras permanecem firmes, apesar das trocas constantes de suas lideranças.

A política de conciliação, de transação, teve como principal objetivo aplainar mais as divergências dos grupos dominantes que conceder benefícios ao povo. O domínio oligárquico de pequenas minorias e seus protegidos, o nepotismo, o filhotismo, o genrismo, o compadrio tornavam impossíveis as transformações sociais, as reformas estruturais. Soma-se a isso a personalização, a ausência, a omissão ou o desinteresse dos políticos pela solução dos problemas, sua impermeabilidade às ideias, a mecanização da imitação europeia e depois americana, a falsidade e infidelidade da representação<sup>39</sup>.

E todo esse conservantismo no Brasil têm suas origens nos grupos familiares que, “desde a Colônia, dominam as terras, e desde a Independência, comandam a política”; herdeiros genealógicos, tanto de sangue como de espírito, de Diogo Álvares ou de João Ramalho. “Desde o Império o nosso Governo é oligárquico, baseado nos senhores rurais da grande lavoura, nos interesses dos grupos econômicos do açúcar e do café, nos escravocratas, nas forças tradicionais que não gloriam só, como escreva Nabuco, mas governam também”<sup>40</sup>. E com isto, têm-se momentos de “aceleração” e “retardamento”, com predomínio do último. O Brasil perdeu o momento propício de se industrializar no século XIX devido às forças de retardamento. Não avança no século XX, como deveria avançar, nas amplas discussões sobre a presença do capital internacional; e mesmo no século XXI, sofre novos golpes contra lideranças nacionalistas, atrasando, como sempre, seu desenvolvimento.

Diz José Honório sobre o papel dos golpes políticos na história brasileira: “No século XX o golpe de Estado se tornou o meio mais comum de ganhar ilegalmente o Poder. Ilegalmente, porque sem recurso ao povo, que se teme e por isso se tutela”. Afinal, a “tendência da facção da minoria dominante, derrotada nas urnas, tem sido recorrer ao golpe, seco e rápido, sem convulsão social e sangrenta, que poderia por a perder todos os seus objetivos”. Mas, o autor sempre destaca o papel fundamental do povo brasileiro ao longo da história, mesmo possuindo uma oligarquia sanguessuga. “Quanto ao povo, este aprendeu que a sua arma é o voto e a amarga no silêncio e na ironia a reviravolta dos vencedores transitórios, que nunca serão os triunfantes do futuro. A sabedoria do povo

---

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 75.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 82.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 103.

<sup>40</sup> Cf. RODRIGUES, José Honório. *Aspirações Nacionais. Interpretação Histórico-Política*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1970, p. 129.

brasileiro é maior que a dos vencidos nas urnas”<sup>41</sup>. Enfim, a leitura dos textos de José Honório Rodrigues continua a sugerir uma ampla agenda de pesquisa para se entender o Brasil, a partir da história e de sua teoria social e, assim, proporcionar a construção de “pontes de aço” para que o povo brasileiro atravessasse rumo a modernização e com a consolidação de uma sociedade democrática, pautada nos direitos humanos.

## Referências

ABREU, Luciano Aronne de. Histórias da nossa história: o acervo de José Honório Rodrigues. In: *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v.37, n.2, p.319-332, jul./dez. 2011. Disponível em: [http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8422/2/Historias\\_da\\_nossa\\_Historia\\_o\\_Acervo\\_de\\_Jose\\_Honorio\\_Rodrigues.pdf](http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8422/2/Historias_da_nossa_Historia_o_Acervo_de_Jose_Honorio_Rodrigues.pdf). Acesso em 15/01/2018.

AGUIAR, Ronaldo Conde. José Honório Rodrigues. In: *Pequena bibliografia crítica do pensamento social brasileiro*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2000, p. 293-297.

ALVES JÚNIOR, Paulo. *Um intelectual na trincheira: José Honório Rodrigues, intérprete do Brasil*. Tese em Sociologia. Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara, SP, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/106254>. Acesso em 15/12/2017.

AZZI, Riolando. A interpretação da História do Brasil segundo José Honório Rodrigues. In: *Síntese. Revista de Filosofia*. FAJE (Faculdade Jesuítica de Filosofia e Teologia), Belo Horizonte, MG, v.5, n.14, 1978, p.111-151. Disponível em: <http://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2347>. Acesso em 15/01/2018.

DEBRUN, Michel. *A conciliação e outras estratégias*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império: Honório Hermeto de Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico (1842-1856)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. 1ºvol. Tese de doutoramento em História. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1976. Disponível em: <http://www.raquelglezer.pro.br/edi%E7%F5es/O%20Fazer%20e%20o%20Saber%20.pdf>. Acesso em 25/01/2018.

---

<sup>41</sup> Cf. RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil. Um desafio histórico-cultural*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1965, p. 107.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil. Introdução Metodológica*. 2ª edição, revista, aumentada e ilustrada. 1º Volume. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil. Um desafio histórico-cultural*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1965.

RODRIGUES, José Honório. *Aspirações Nacionais. Interpretação Histórico-Política*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1970.

RODRIGUES, José Honório. *Filosofia e história*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

SILVA, Alberto da Costa e. José Honório Rodrigues. Conciliação e reforma no Brasil. (p.381-392). In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. 3ªed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.